

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, se queixa com inteira razão dos setores empresariais que defendem menor interferência do Estado na economia mas correm ao Tesouro Nacional em busca de soluções para seus problemas. Ou seja, a velha idéia de privatizar lucros e socializar prejuízos com o dinheiro público.

Radiografia mais nítida desse comportamento empresarial fez o vice-presidente do departamento de economia da poderosa Fiesp, Nicolau Jeha, que criticou em entrevista à revista *Veja* a afeição dos empresários pelo modelo econômico que vigora no Brasil, que privilegia cartórios e distribui subsídios: "Os empresários vivem alardeando que o comunismo é um sistema falido, mas o que eles não percebem é que o capitalismo brasileiro também é um monstrengão falido."

Nosso capitalismo é tão falho quanto a experiência dos regimes de economia centralizada. Falta aos empresários brasileiros capital suficiente para a solidez dos negócios. Mas, em vez de recorrerem à via natural da capitalização através do mercado acionário, os empresários preferem manter fechado o capital de suas empresas (evitando a redistribuição da renda, através dos lucros, a maior número de brasileiros) e lutar para obter cartórios do governo, ou incentivos, subsídios e créditos oficiais. E, quando quebram (o que, nas circunstâncias, deveria ocorrer raramente), culpam sempre "as altas taxas de juros".

O desvio do caminho da economia de mercado explica o crescente déficit público e a concentração de renda que estão na raiz do processo inflacionário. É correta, portanto, a análise do vice-presidente da Fiesp, que defende a urgente necessidade de o futuro governo promover um ajuste sério em suas contas, cortando toda a sorte de subsídios e incentivos para derrubar o déficit público e esvaziar a ciranda financeira que financia diariamente a dívida pública no *overnight*.

O regime de mercado não comporta a existência de cartórios, cartéis, subsídios e incentivos que

distorcem completamente a formação dos preços e não estimula a verdadeira concorrência, caminho indispensável para a melhoria da produtividade e da eficiência da economia. O perverso no Brasil é que muitos empresários que criticam a ineficiência do Estado brasileiro e o descontrole do déficit público e da inflação são eles próprios os principais causadores das distorções econômicas.

Capitalizados à custa dos recursos que o Estado lhes assegurou através do centralismo econômico, muitos desses empresários se recusam a democratizar o capital de suas empresas, mas se oferecem para privatizar o capital de empresas estatais, arruinadas por políticas prolongadas de compressão dos preços e tarifas públicas que transferiu lucros para o setor privado. Grande parte do excesso de liquidez que exibem as empresas privadas provém dos ganhos resultantes da aplicação dos lucros proporcionados pelo regime cartorial, subsídios e incentivos nas altas taxas reais pagas pelos títulos da dívida pública, única alternativa de política econômica que restou ao governo para evitar a hiperinflação alimentada pela falência fiscal do Estado brasileiro.

"Criticar o déficit público do governo e ao mesmo tempo pedir empréstimos subsidiados é um discurso incoerente", adverte Nicolau Jeha, que arremata: "É preciso que o empresariado brasileiro se conscientize de que, para operar num regime econômico democrático, ele tem de abrir mão de estar permanentemente à sombra do Estado. Seja para receber energia ou aço subsidiados, seja para ter a proteção de tarifas aduaneiras que impeçam a importação de produtos estrangeiros mais baratos e melhores do que os seus. Com essa proteção o empresário não precisa ser competente."

Ainda há tempo de o Brasil repensar seu modelo de desenvolvimento e corrigir as distorções econômicas que agravam os desequilíbrios sociais para entrar no século XXI como um país moderno.